

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CRAS NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP: ENTRE O REAL E O IDEAL. Fernanda Alves Pires de Almeida¹, Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, Anita Pereira Ferraz, Cíntia Damasceno Clemente, Cristiane Peres, Jefferson Tavares de Araújo - Serviço Social - Serviço Social - Departamento de Serviço Social - Faculdade de Direito, História e Serviço Social - Campus Franca

A emergência do Serviço Social brasileiro enquanto profissão no cenário da divisão social do trabalho se dá a partir de um amplo movimento social de cunho laico e que correspondia à proposta da Igreja Católica de recristianizar a sociedade brasileira através de grupos básicos - como, por exemplo, a família - durante a década de 1930. Desta forma:

(...) o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo (...) Através de uma ação individualizadora entre as “massas atomizadas social e moralmente”, busca estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalista (IAMAMOTO, 2004, p.19).

É neste período que surgem as primeiras Escolas de Serviço Social, bem como é inaugurada a concepção da assistência social como campo de ação governamental, através da criação do conselho Nacional de Assistência Social, no ano de 1937.

Esta ação desencadeia uma série de outras, tais como a criação da Legião Brasileira de Assistência, durante a década de 1940; a incorporação da assistência social no sistema de proteção social no ano de 1977, por meio da criação do Ministério da Previdência e Assistência Social; e somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social é reconhecida como: “dever de Estado no campo da seguridade social e não mais política isolada a complementar a Previdência Social com papel público pouco ou nada definido; o caráter de direito de cidadania e não mais de ajuda ou favor ocasional e emergencial; a organização sob o princípio da descentralização e da participação rompendo com a centralidade federal e a ausente democratização da sua gestão sob o âmbito governamental”.(NOB, 2005, p. 9).

Os subsídios delegados pela Constituição Federal permitiram que no ano de 1993, após um longo processo de mobilização dos profissionais da área da assistência e membros do Governo Federal, fosse aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sob os princípios da descentralização político-administrativa para os entes federativos e comando único das ações em cada esfera de governo; participação da sociedade civil por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

No ano de 2003, em comemoração aos 10 anos de aprovação e difusão da LOAS, ocorreu a IV Conferência Nacional da Assistência Social, que formatou novas bases e perspectivas para a Política Nacional de Assistência Social no âmbito de um sistema único, o SUAS. Assim:

O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico desta política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (PNAS, 2004, p.32).

Inscritos nessa perspectiva, os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – surgem como espaços privilegiados de atendimento da proteção social básica preconizada pela PNAS/SUAS, uma vez que organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais, enfatiza a diretriz da matricialidade sócio-familiar, trabalhando com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, estimulando e orientando o processo de autonomia tanto individual quanto comunitário, de tal modo que:

¹ **Bolsa:** Programa de Educação Tutorial - Serviço Social (PET/SS) – MEC/SESU.

O trabalho com as famílias, referenciadas no território de abrangência do CRAS, privilegia a dimensão socioeducativa da política de Assistência Social na efetivação dos direitos relativos às seguranças sociais afiançadas. Assim, as ações profissionais relacionadas aos serviços prestados no CRAS devem provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2006).

Os Centros de Referência da Assistência Social também concorrem como um novo e vasto campo para a atuação do profissional de serviço social, numa perspectiva sócio-educativa e de total ultrapassagem de qualquer prática assistencialista, de tutela ou paternalista, e que não esteja em consonância com o projeto ético-político da profissão.

O presente estudo visa apreender o processo de implementação dos Centros de Referência da Assistência Social do município de Franca-SP; bem como o trabalho sócio-educativo desenvolvido pelos profissionais do Serviço Social face às exigências demandadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS); detectar os desafios para a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social em Franca-SP, a fim de perceber o conflito entre o ideal (proposto pelo SUAS) e o real (oferecido pelas instâncias federativas) e investigar o processo de transição das Unidades de Serviço (UNISER) – antigo modelo de atendimento assistencial de Franca-SP – para o atual Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), destacando as novas configurações do trabalho profissional.

Para tanto, realizaremos uma análise de abordagem qualitativa, utilizando-se do instrumental da coleta de dados, que tem por finalidade a caracterização dos usuários e serviços prestados, como suporte à análise de cunho qualitativo.

Será necessário o levantamento bibliográfico acerca da temática tratada, de modo que permita o embasamento e fundamentação teórica da referida pesquisa. Após a concretização desta etapa ocorrerão momentos de discussão e problematização - em grupo - da realidade em foco, visando o aprofundamento do material analisado e a troca de saberes e informações, numa relação dialética e dialógica que propicie maior compreensão do objeto estudado.

Contemplando os pressupostos acima mencionados, tencionamos obter como universo de pesquisa os Centros de Referência da Assistência Social do município de Franca-SP, contabilizando cinco unidades: CRAS Centro, CRAS Sul, CRAS Norte, CRAS Leste, CRAS Oeste.

Para que tal investigação não se direcione à superficialidade e se reduza a opinião dos profissionais da área, vê-se indispensável a abordagem dos usuários, na tentativa de trazer as análises mais próximas possíveis da realidade dos fatos. Para tanto, utilizaremos de entrevistas com os profissionais e depoimentos e questionários aplicados aos usuários como instrumentos de trabalho, a fim de obter subsídios que amplie nossa visão acerca do objeto de estudo.

Observamos, após as leituras de textos, que a proposta de criação dos Centros de Referência da Assistência Social preconizada pela PNAS/SUAS significa um momento ápice da Assistência Social enquanto política pública de dever do Estado e garantia de direitos e cidadania à população brasileira, por isso que se faz necessário questionar a maneira pela qual está sendo implantada e implementados; se os profissionais envolvidos a atuarem nestes espaços são capacitados e conhecedores da proposta; se a estrutura oferecida garante um bom funcionamento e atendimento de qualidade a população usuária e como todo este processo está se desenrolando através da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Ação Social (SEDHAS) na cidade de Franca-SP, interior do Estado de São Paulo – que representa nosso universo de pesquisa.

É fundamental que os estudantes e profissionais de Serviço Social estejam constantemente investigando e avaliando os novos espaços sócio-ocupacionais da profissão a fim de que possam compreender se o Projeto Ético Político do Serviço Social e as recentes conquistas da área da Assistência Social estão se efetivando, realizando assim uma análise crítica que possa se configurar como um instrumento de intervenção criativa na realidade.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL, LOAS. Lei nº 8.724, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF. DOU 08/10/1993.

BRASIL, *Política Nacional de Assistência Social*, Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, DF. DOU 28/10/2004

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, 5ª ed. Cortez: São Paulo, 2000.

RUSSO, Oswaldo. *O CRAS da questão*. Disponível em: www.assistenciasocial.gov.br/noticias/noticias.asp?act=detalhar&id=1272.

CARVALHO, Alba M. P. *A Assistência Social no Contexto do Estado Brasileiro: limites e perspectivas*. in: *Serviço Social & Sociedade*, v.16, n.47, p. 63-78, São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. S. et. al. *A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: elementos para análise*. in: *Serviço Social & Realidade*, v.14, n.1, São Paulo, 2005.